



5688645



00135.211488/2026-11

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 13/2026- CGDPI/SNDPI/IFPB
(Programa Viva Mais Cidadania)

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizadora: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI)
Nome da autoridade competente: Alexandre da Silva
Número do CPF: ***.925.***-13
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Contatos: (61) 20273405/ 20273936/ 20273801/ 20273574

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 810009 - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 810009 - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)
Nome da autoridade competente: Mary Roberta Meira Marinho
Número do CPF: ***.011.***-68
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Reitoria - IFPB
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto Presidencial de 18 de outubro de 2022, publicado no DOU em 19/10/2022 | Edição: 199 | Seção: 2 | Página: 1.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 158138 - 158279 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Pró-reitoria de Extensão e Cultura
Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: 158138 - 158279 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

3. OBJETO

Formação política, de curta duração, em Direitos Humanos para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla, pertencentes a Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), população idosa do campo e LGBTQIAPN+.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Meta 1: Diagnóstico Situacional da população idosa, Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto

- Etapa 1: Seleção da equipe técnica do projeto;
- Etapa 2: Encontros formativos sobre temáticas que envolvam o processo de envelhecimento e a garantia dos direitos humanos das pessoas idosas com a equipe técnica;
- Etapa 3: Realização de Diagnóstico situacional da população idosa do território;
- Etapa 4: Planejamento pedagógico e metodológico da formação, em parceria com a SNDPI/MDHC;
- Etapa 5: Elaboração de material didático;
- Etapa 6: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.

Meta 2: Aproximação, acolhimento e fortalecimento das relações entre atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (universidade, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Prefeitura municipal, Governo do Estado, Rede Nacional de Gestores Estaduais em Direitos Humanos da Pessoa Idosa e rede de proteção social).

- Etapa 1: Mapeamento de atores estratégicos para apresentação do Programa Viva Mais Cidadania;
- Etapa 2: Articulação logística para acesso às pessoas idosas no território;
- Etapa: Elaboração de relatórios técnicos sobre as reuniões técnicas intersetoriais.

Meta 3: Formação política em direitos humanos, para no mínimo, 1.500 (mil e quinhentas) pessoas idosas do território na perspectiva da educação popular, com foco nas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla pertencentes a Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), população idosa do campo e pessoas idosas LGBTQIAPN+. Para, no mínimo, 1.500 (mil e quinhentas) pessoas idosas do território, na perspectiva da educação popular.

- Etapa 1: Divulgação da formação no território;
- Etapa 2: Realização das inscrições;
- Etapa 3: Realização de 5 oficinas que perpassa a discussão sobre a garantia de direitos humanos da pessoa idosa na perspectiva dos múltiplos envelhecimentos e combate ao discurso de ódio;
- Etapa 4: Escuta das pessoas idosas para identificação de violações e de dificuldades de acesso a direitos;
- Etapa 5: Sistematização dos problemas identificados;
- Etapa 6: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.

Meta 4: Encaminhamento de soluções pactuadas para até 3 (três) problemas prioritários identificados, com foco nas demandas mais urgentes da população idosa local.

Etapas 1: Articulação com os atores sociais envolvidos no processo para definição das devolutivas para o território;

Etapas 2: Disseminação de boas práticas;

Etapas 3: Fortalecimento da participação social das pessoas idosas no território;

Etapas 4: Avaliação das ações realizadas com participação dos beneficiários;

Etapas 5: Elaboração de relatório final do projeto.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Promover os direitos humanos e fortalecer a cidadania de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla, pertencentes às Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), à população idosa do campo e às pessoas idosas LGBTQIAPN+, nos estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia, por meio da formação política em direitos humanos, da escuta qualificada de demandas e da construção coletiva de soluções para os principais problemas identificados, na perspectiva da educação popular, da equidade, da interseccionalidade e da intersectorialidade.

Objetivos específicos

1. Promover a conscientização sobre os direitos humanos das pessoas idosas e em processo Promover os direitos humanos e fortalecer a cidadania de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla pertencentes a Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), população idosa do campo e pessoas idosas LGBTQIAPN+. por meio de formação política em direitos humanos, escuta qualificada de demandas e construção coletiva de soluções para os principais problemas identificados, na perspectiva da educação popular, equidade, interseccionalidade e intersectorialidade, com foco na cidadania, no enfrentamento à exclusão social e na valorização da dignidade humana.
2. Oferecer formações sobre políticas públicas e dispositivos legais de proteção social, como o Estatuto da Pessoa Idosa, Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e demais legislações correlatas.
3. Estimular o engajamento dos participantes em espaços de participação social e políticas públicas locais, fortalecendo o exercício da cidadania e a incidência política desses sujeitos nos territórios.
4. Contribuir para o fortalecimento da autoestima, da identidade e dos vínculos sociais e comunitários dos participantes, promovendo seu protagonismo e inclusão social.

PÚBLICO-ALVO

O presente projeto tem como público-alvo pessoas idosas e em processo de envelhecimento em situação de vulnerabilidade social e discriminação múltipla, com atenção prioritária às pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, pessoas idosas LGBTQIAPN+ e pessoas idosas da população do campo.

A previsão é atender diretamente, no mínimo, 1.500 pessoas idosas e em processo de envelhecimento, por meio de formação política em direitos humanos, escuta qualificada e construção coletiva de soluções para os problemas identificados nos territórios.

Metas	Etapas
Meta 1: Diagnóstico Situacional da população idosa, Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto	Etapas 1: Seleção da equipe técnica do projeto; Etapas 2: Encontros formativos sobre temáticas que envolvam o processo de envelhecimento e a garantia dos direitos humanos das pessoas idosas com a equipe técnica; Etapas 3: Realização de Diagnóstico situacional da população idosa do território; Etapas 4: Planejamento pedagógico e metodológico da formação, em parceria com a SNDPI/MDHC; Etapas 5: Elaboração de material didático; Etapas 6: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.
Meta 2: Aproximação, acolhimento e fortalecimento das relações entre atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (universidade, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Prefeitura municipal, Governo do Estado, Rede Nacional de Gestores Estaduais em Direitos Humanos da Pessoa Idosa e rede de proteção social).	Etapas 1: Mapeamento de atores estratégicos para apresentação do Programa Viva Mais Cidadania; Etapas 2: Articulação logística para acesso às pessoas idosas no território; Etapas 3: Elaboração de relatórios técnicos sobre as reuniões técnicas intersectoriais

Meta 3: Formação política em direitos humanos, para no mínimo, 1.500 (mil e quinhentas) pessoas idosas do território na perspectiva da educação popular, com foco nas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla pertencentes a Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), população idosa do campo, pessoas idosas LGBTQIAPN+. Para, no mínimo, 1.500 (mil e quinhentas) pessoas idosas do território, na perspectiva da educação popular.	Etapa 1: Divulgação da formação no território; Etapa 2: Realização das inscrições; Etapa 3: Realização de 5 oficinas que perpassa a discussão sobre a garantia de direitos humanos da pessoa idosa na perspectiva dos múltiplos envelhecimentos e combate ao discurso de ódio; Etapa 4: Escuta das pessoas idosas para identificação de violações e de dificuldades de acesso a direitos; Etapa 5: Sistematização dos problemas identificados; Etapa 6: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.
Meta 4: Encaminhamento de soluções pactuadas para até 3 (três) problemas prioritários identificados, com foco nas demandas mais urgentes da população idosa local.	Etapa 1: Articulação com os atores sociais envolvidos no processo para definição das devolutivas para o território; Etapa 2: Disseminação de boas práticas; Etapa 3: Fortalecimento da participação social das pessoas idosas no território; Etapa 4: Avaliação das ações realizadas com participação dos beneficiários; Etapa 5: Elaboração de relatório final do projeto.

METODOLOGIA

A execução do projeto será organizada em quatro metas interdependentes, compostas por etapas articuladas de forma sequencial e integrada, garantindo a coerência metodológica e a efetividade das ações previstas. A abordagem será participativa, com envolvimento direto das pessoas idosas, equipe técnica e rede de proteção social, de modo a promover diagnóstico, formação, articulação e implementação de soluções pactuadas.

Meta 1: Diagnóstico Situacional da população idosa. Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto

Etapa 1: Seleção da equipe técnica do projeto

A equipe técnica será formada por profissionais do Instituto Federal da Paraíba e lideranças locais das comunidades que forem identificadas e selecionadas para o projeto. Além da coordenação, formarão a equipe técnica: 2 Coordenadores gerais (experiência em educação popular, coordenação de projetos sociais ou área afim), 2 Coordenadores Adjuntos (experiência técnica e administrativa, com aproximação com gerência de projetos sociais) Supervisores (experiência em Serviço Social, Educação ou área afim) e 2 apoios administrativos (experiência em apoio à gestão de projetos). Professores formadores (experiência em metodologia ativa e educação popular). Monitores territoriais e técnicos supervisores de campo (experiência com articulação da rede intersetorial). Poderão ser convidados, desde que dialogado entre os atores desse instrumento, outros parceiros governamentais ou locais que poderão compor e contribuir para a realização desta meta prevista.

Para a execução do projeto, serão selecionados e/ou designados os seguintes profissionais: Coordenadores gerais, coordenadores adjuntos, Professor formador, Monitor territorial, Apoio administrativo, e Técnicos supervisores.

A escolha do Coordenador/a ficará sob a responsabilidade da equipe de coordenação do projeto, formada por profissionais integrantes do Quadro Docente do Instituto Federal da Paraíba e do território atendido. Para os demais profissionais, haverá um edital para seleção, priorizando aqueles que residem nos territórios e considerando critérios como experiência prévia, habilidades interpessoais, capacidade de trabalho em equipe, conhecimento da região e do público-alvo onde o projeto será executado e comprometimento com os princípios dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Além disso, a equipe técnica deve passar por um processo de formação inicial e continuada, em parceria com a SNDPI, para garantir que todos estejam alinhados com os objetivos do projeto e preparados para lidar com as especificidades do público-alvo.

A SNDPI será responsável pelo acompanhamento da execução do projeto, podendo indicar ajustes e melhorias necessárias para a exequibilidade do Programa Viva Mais Cidadania, incluindo o processo de seleção desses profissionais, para que os objetivos propostos sejam atingidos.

Por tratar-se de proposta formativa que envolve ações de ensino, a atuação dos coordenadores e supervisores de campo é fundamental para a consecução dos processos de ensino e aprendizagem dos participantes, contribuindo para formação das pessoas idosas ou em processo de envelhecimento para atuarem com protagonismo na identificação de violações e dificuldades para exercício de seus direitos em seus espaços territoriais, meios de participação para construção de soluções em parceria com os demais atores envolvidos com a questão e para fortalecimento de redes locais de promoção e proteção dos direitos humanos e de cidadania da Pessoa Idosa. Desta forma, espera-se que sejam atribuídas à equipe as seguintes atribuições:

a) Coordenador geral

- atuar como interlocutor entre a Instituição de Educação Superior (Instituto Federal), território atendido e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa durante todo processo de execução do curso de formação política em direitos humanos para a pessoa idosa;
- formalizar com os municípios, os convênios e acordos técnicos necessários para execução das atividades práticas no território;
- coordenar o processo seletivo de coordenadores e supervisores que participarão da formação política em Direitos Humanos para a Pessoa Idosa.
- coordenar o processo seletivo dos cursistas que participarão da formação política em Direitos Humanos para a Pessoa Idosa;
- atuar com os demais membros da equipe na construção do plano de ensino para formação política em direitos humanos para a pessoa idosa, na perspectiva da educação popular;
- articular os recursos físicos e humanos necessários para o desenvolvimento de todas as etapas do curso de formação política em direitos humanos para a pessoa idosa; e
- encaminhar os relatórios parcial e final do curso de formação política em direitos humanos para a pessoa idosa para a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

b) Coordenador adjunto

- participar de capacitação sobre direitos humanos da Pessoa Idosa, que será realizada pelo IFPB com colaboração da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- contribuir com os demais membros da equipe na construção do Plano de Curso para formação política em direitos

humanos para a pessoa idosa;

- participar no processo de seleção dos cursistas que participarão da formação política em direitos humanos para a pessoa idosa;
- coordenar a execução da formação política em direitos humanos para a pessoa idosa, considerando o cronograma de atividades teórico-práticas;
- coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos supervisores e a atuação dos cursistas no território;
- identificar e solucionar possíveis problemas no desenvolvimento das atividades práticas dos supervisores;
- realizar reuniões periódicas com os supervisores de curso;
- elaborar protocolo de atuação, acompanhamento e avaliação das atividades que serão executadas em campo;
- elaborar o relatório parcial e final do curso de formação política em Direitos Humanos para a Pessoa Idosa; e
- realizar a substituição dos cursistas que desistirem ou que não se adequarem às normas estabelecidas de formação política em direitos humanos para a pessoa idosa.

c) Supervisor

- participar de capacitação sobre direitos humanos da pessoa idosa, a qual será realizada pelo IFPB em colaboração com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI;
- contribuir com os demais membros da equipe na construção do Plano de Curso para formação política em direitos humanos para a pessoa idosa;
- participar no processo de seleção dos cursistas que participarão da formação política em direitos humanos para a pessoa idosa;
- apoiar o cursista em seu processo de aprendizagem e no aprofundamento dos estudos;
- realizar a supervisão direta das atividades práticas nos campos pré-determinados;
- facilitar a integração do cursista com o território;
- exercer a função de orientador de referência para o desempenho das atividades no território;
- acompanhar o desempenho das atividades dos cursistas, bem como frequências; e
- indicar a necessidade de substituição dos cursistas que desistirem ou que não se adequarem às normas.

d) Formador/a (2)

Perfil Profissional: Profissional com formação superior em área relacionada aos direitos humanos, educação popular ou desenvolvimento social, com experiência específica em formação de pessoas idosas e metodologias participativas.

Atribuições Principais

- Atuar como formador nas atividades educativas para as pessoas idosas; -Desenvolver e adaptar materiais didáticos específicos para o contexto territorial, considerando aspectos culturais e educacionais locais; - Facilitar as atividades formativas, utilizando metodologias dialógicas e participativas que valorizem os saberes dos participantes; - Acompanhar o processo de aprendizagem dos participantes, identificando necessidades de apoio individualizado; - Contribuir para o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares na formação política em direitos humanos; - Apoiar na identificação e encaminhamento de situações que requeiram atenção especializada (violências, questões de saúde mental, etc.); - Colaborar na avaliação contínua das atividades formativas e propor ajustes metodológicos quando necessário; - Participar da elaboração de relatórios técnicos sobre o desenvolvimento das ações formativas; - Participar das atividades de planejamento, execução e avaliação das ações formativas; - Contribuir para a articulação com redes locais de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa; - Contribuir na mobilização territorial do Ponto Viva Mais Cidadania - Apoiar na sistematização de experiências e elaboração de materiais técnicos;

e) Técnico/a supervisor(a)

Perfil Profissional: Técnico com experiência em atividades territoriais, organização de eventos, diagnóstico, com habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal.

Atribuições Principais: - Atuar como elo entre a equipe técnica do seu território e a coordenação nacional; Apoiar a organização das atividades a serem desenvolvidas pela equipe (monitores e formadores/as) com as pessoas idosas; Apoiar a realização de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo Programa Viva Mais Cidadania; Articular com órgãos públicos municipais, estaduais e federais presentes no território; - Apoiar na identificação e mapeamento de serviços e recursos disponíveis para a população idosa; - Facilitar a articulação com conselhos municipais, especialmente o Conselho Municipal do Idoso; - Realizar diagnóstico situacional do território; - Apoiar na construção de parcerias locais para sustentabilidade das ações; - Apoiar na articulação com lideranças comunitárias, organizações locais e poder público municipal; - Facilitar o acesso da equipe técnica às comunidades e territórios do projeto; - Apoiar na implantação e monitoramento do Ponto Viva Mais Cidadania – Apoiar a mobilização e divulgação das atividades junto à população local por meio do Ponto Viva Mais Cidadania; - Prestar informações sobre a realidade local, cultura e especificidades territoriais; - Apoiar na organização logística das atividades, considerando as particularidades locais; - Colaborar na identificação de parceiros locais e recursos disponíveis no território.

f) Monitor (a)

Perfil Profissional: Residente no território atendido, com conhecimento da realidade local, redes comunitárias e dinâmicas territoriais, preferencialmente com experiência em projetos sociais ou trabalho comunitário.

Atribuições Principais: - Atuar como elo entre o supervisor e o território; Apoiar a organização das atividades a serem desenvolvidas pelos professores formadores e supervisores; Apoiar a realização de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo Programa Viva Mais Cidadania; - Apoiar na mobilização das pessoas idosas no territórios; - - Apoiar na articulação com lideranças comunitárias e organizações locais ; - Apoiar na mobilização e divulgação das atividades junto à população local; - Prestar informações sobre a realidade local, cultura e especificidades territoriais; - Apoiar na organização logística das atividades, considerando as particularidades locais; - Colaborar na identificação de parceiros locais e recursos disponíveis no território.

Etapas 2: Encontros formativos sobre temáticas que envolvam o processo de envelhecimento e a garantia dos direitos humanos das pessoas idosas com a equipe técnica

Após a composição da equipe executora, será realizada uma série de encontros formativos internos para qualificação técnica dos profissionais envolvidos no projeto. O objetivo é assegurar que toda a equipe tenha domínio dos marcos legais, conceituais e práticos relacionados ao envelhecimento, com ênfase nas especificidades das pessoas idosas em grupos de **Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo**.

a) Conteúdos abordados nos encontros:

- Processo de envelhecimento humano: aspectos biológicos, psicológicos e sociais. • Direitos Humanos da pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa, Política Nacional da Pessoa Idosa, Política Nacional para a , Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de Saúde (SUS).
- Múltiplas vulnerabilidades: violência patrimonial e financeira, negligência, discriminação e discurso de ódio.
- Aspectos interseccionais: envelhecimento, gênero, raça/etnia e deficiência, aprofundando diálogos sobre direitos, cenários e realidades das Pessoas Idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), da população LGBTQIAPN+ e da População do Campo.
- Protocolos de abordagem humanizada: estratégias de escuta ativa, cuidado centrado na pessoa e práticas de não revitimização.

b) Metodologia dos encontros

- Os encontros terão caráter teórico-prático, em formato de oficinas participativas.
- Serão utilizados estudos de caso, análise de relatórios técnicos e dinâmicas de grupo.
- Cada encontro terá duração de 4h, totalizando um ciclo formativo de aproximadamente 20h, distribuídas em 5 encontros. Vale salientar que, de acordo com a realidade local, esses encontros poderão ter dinâmicas diferenciadas, desde que seja garantida a carga horária total prevista.
- Será garantida a mediação de especialistas convidados, tais como docentes da área de Gerontologia, Serviço Social, Sociologia, Psicologia, Direito e áreas afins, além de representantes do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e movimentos sociais ligados à população.

c) Responsáveis pela condução

- Coordenação geral do projeto;
- Especialistas convidados (Instituto federal, universidade, poder público e sociedade civil);
- Equipe técnica executora, de forma integrada e colaborativa.

Etapa 3: Realização de diagnóstico situacional da população idosa do território

Será conduzido um levantamento específico para caracterizar a realidade das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla nos territórios atendidos pelo projeto, com atenção às pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, pessoas idosas LGBTQIAPN+ e pessoas idosas da população do campo.

a) Levantamento de dados secundários - Serão consultadas bases e registros administrativos que contenham informações sobre a população idosa organizadas em Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), da população LGBTQIAPN+ e da População do campo incluindo:

- Cadastro Único (CadÚnico/MDS) – registros de pessoas da pessoa idosa
- Censo População (IBGE e MDS) – dados mais recentes sobre perfil socioeconômico;
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – registros de atendimentos realizados por CRAS e CREAS;
- Secretaria Municipal de Assistência Social – listagens de pessoas idosas atendidas por serviços especializados: Centro de Atendimento Estadual de Enfrentamento ao Racismo (Casa de Acolhida LGBTQIAPN+, Espaços LGBTQIAPN+, unidades de acolhimento);
- Secretaria Municipal de Saúde – informações sobre atendimentos de saúde a pessoas idosas;
- Conselho Municipal da Pessoa Idosa – registros de denúncias e demandas recebidas;
- Organizações da sociedade civil (pastorais sociais, ONGs, movimento LGBTQIAPN+ Movimento Negro) – relatórios e diagnósticos comunitários.

b) Coleta de dados primários com pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs)

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas e momentos de escuta ativa com pessoas idosas vinculadas às Comunidades Tradicionais de Terreiro, em seus próprios territórios ou em espaços indicados pelas lideranças comunitárias. A coleta poderá ocorrer em terreiros, centros de convivência, associações comunitárias ou outros locais de referência para o grupo, respeitando a dinâmica, a organização e os protocolos culturais de cada comunidade.

c) Coleta de dados primários com pessoas idosas da população do campo

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas idosas residentes em áreas rurais, comunidades do campo, associações de trabalhadores rurais, sindicatos, cooperativas, assentamentos ou outros espaços de organização coletiva. A escuta buscará identificar as principais demandas, violações de direitos, dificuldades de acesso a políticas públicas e formas de participação social dessas pessoas nos territórios rurais.

d) Coleta de dados primários com pessoas idosas LGBTQIAPN+

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas e momentos de escuta ativa com pessoas idosas LGBTQIAPN+, preferencialmente em espaços seguros, acolhedores e indicados por entidades, coletivos ou serviços que desenvolvem ações com esse público. A coleta poderá ocorrer em centros de referência, organizações sociais, espaços comunitários, serviços de atendimento especializado ou outros locais que garantam privacidade, respeito à identidade de gênero, orientação sexual e proteção contra situações de exposição ou constrangimento.

e) Coleta de dados primários com trabalhadores, de serviços e organizações sociais

Também serão realizadas entrevistas com trabalhadores, e representantes de serviços públicos, entidades da sociedade civil e organizações sociais que atuam diretamente com os públicos do projeto. Serão priorizados Centros de Referência, serviços socioassistenciais, instituições de defesa de direitos, organizações comunitárias, entidades representativas e demais atores que desenvolvam ações com pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, população idosa do campo e pessoas idosas LGBTQIAPN+.

A abordagem será realizada de forma respeitosa, ética e segura pela equipe técnica do projeto, assegurando consentimento livre e esclarecido, sigilo das informações e proteção da identidade dos participantes. Sempre que possível, as entrevistas ocorrerão em locais onde as pessoas se sintam seguras, como unidades de acolhimento, centros de convivência, terreiros, associações comunitárias, associações de trabalhadores rurais, entidades representativas ou espaços de atendimento dos grupos assistidos.

g) Equipe responsável

- **Coordenador(a) de geral** – com experiência em população com pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, população idosa do campo e pessoas idosas LGBTQIAPN+;
- **Supervisor de campo** – bolsista;
- **Apoio da rede socioassistencial** – profissionais de CRAS, CREAS, Centro da Pessoa Idosa.

d) Sistematização e análise - Os dados quantitativos serão tabulados para caracterizar o público atendido pelo projeto, considerando perfil etário, território, pertencimento comunitário e principais demandas relacionadas ao acesso a direitos. As informações qualitativas serão analisadas para identificar violações de direitos, situações de discriminação, barreiras de acesso às políticas públicas e demandas urgentes das pessoas idosas.

Etapas 4: Planejamento pedagógico e metodológico da formação, em parceria com a SNDPI/MDHC

Será realizado um processo colaborativo de planejamento, articulando a equipe técnica do projeto, especialistas convidados e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI/MDHC). Esse planejamento definirá as diretrizes pedagógicas, metodológicas e operacionais da formação política em direitos humanos.

a) Conteúdo do planejamento:

- Estrutura curricular do curso de formação, com definição de módulos e temas.
- Definição de metodologias participativas, baseadas na educação popular e adaptadas ao público idoso de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo através do uso de dinâmicas, rodas de conversa, linguagem simples, materiais visuais).
- Adequação de recursos pedagógicos para acessibilidade (uso de cartilhas ilustradas, áudio, letras ampliadas).
- Estratégias de avaliação processual e participativa.
- Protocolos de acompanhamento dos cursistas e supervisores.

b) Forma de condução:

- Oficinas de planejamento com a equipe técnica e especialistas.
- Rodadas de alinhamento com a SNDPI/MDHC para garantir padronização metodológica nacional.
- Elaboração de um Plano Pedagógico e Metodológico validado pela SNDPI/MDHC.

Etapas 5: Elaboração de material didático

Com base no planejamento aprovado, será desenvolvido material didático de apoio à formação, adequado ao público-alvo e produzido em linguagem acessível.

a) Tipos de materiais:

- Cartilha ilustrada com os principais conteúdos (direitos humanos, acesso a políticas públicas, canais de denúncia).
- Caderno de atividades para as oficinas (exercícios simples, estudos de caso, espaço para registros pessoais).
- Materiais visuais de apoio (painéis, slides, infográficos).
- Versão digital (PDF acessível), a ser disponibilizada a instituições parceiras e no site do IFPB.

b) Critérios de elaboração:

- Linguagem simples e direta.
- Uso de ilustrações, exemplos práticos e situações próximas à vivência das pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, da população do campo e LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla.
- Garantia de acessibilidade: fonte ampliada, contraste adequado, possibilidade de versão em áudio.

c) Responsáveis: Equipe técnica do projeto, com apoio de docentes e consultores especializados em Gerontologia, Serviço Social e Direitos Humanos.

Etapas 6: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.

Ao final da Meta 1, será elaborado um Relatório Parcial (entrega no 6º mês do projeto), no qual serão sistematizadas todas as informações e produtos gerados nas etapas anteriores. Este documento conterá:

- Registro detalhado das etapas executadas (seleção da equipe, encontros formativos, diagnóstico e planejamento pedagógico).
- Dados levantados no diagnóstico situacional das pessoas idosas e em processo de envelhecimento em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla.
- Resultados alcançados em cada ação.
- Análise das principais dificuldades enfrentadas e soluções encontradas.
- Recomendações preliminares para aprimoramento das etapas seguintes do projeto.

Esse relatório será entregue à SNDPI/MDHC, disponibilizado também às instituições parceiras locais, e servirá como instrumento de monitoramento e transparência. Ao final do projeto, será produzido um Relatório Final consolidado, incluindo todas as metas, as soluções pactuadas e a avaliação participativa.

Meta 2: Aproximação, acolhimento e fortalecimento das relações entre atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (Institutos Federais, universidade, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Prefeitura municipal, Governo do Estado, Rede Nacional de Gestores Estaduais em Direitos Humanos da Pessoa Idosa e rede de proteção social).

Essa meta busca garantir a integração entre diferentes atores e atrizes sociais que compõem a rede de proteção e promoção de direitos da pessoa idosa, em especial das pessoas de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo. A aproximação institucional e comunitária é essencial para viabilizar a execução das formações, ampliar a articulação das políticas públicas e fortalecer o protagonismo das pessoas idosas no território.

Etapa 1 – Mapeamento de atores estratégicos para apresentação do Programa Viva Mais Cidadania

Será realizado um mapeamento sistemático para identificar e registrar os principais atores que atuam diretamente ou indiretamente na proteção da pessoa idosa de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), em especial das pessoas de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo.

a) Atores previstos:

- Instituições públicas: Prefeituras Municipais (Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos), Governo do Estado (Secretarias correlatas), Ministério Público, Defensoria Pública.
- Conselhos de Direitos: Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho de Promoção da Igualdade Racial.
- Serviços socioassistenciais: CRAS, CREAS, demais centros de atendimento aos Públicos assistidos pelo projeto • Movimentos sociais: pastorais, coletivos e organizações da sociedade civil atuantes nos territórios.
- Instituições de ensino e pesquisa: Instituto Federal da Paraíba, universidades e centros de estudos parceiros.

c) Produtos esperados:

- Listagem nominal e contatos institucionais dos atores mapeados.
- Agenda preliminar de reuniões intersetoriais.
- Relatório síntese do mapeamento (a ser incorporado ao Relatório Parcial).

Etapa 2 – Articulação logística para acesso às pessoas idosas no território

Será conduzida uma articulação entre os atores identificados no mapeamento e a equipe executora, com foco em viabilizar o acesso seguro, ético e humanizado às pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo.

a) Ações previstas:

- Reuniões técnicas para alinhar fluxos de acesso aos territórios e pontos de concentração de pessoas idosas.
- Pactuação de apoio institucional para mobilização e encaminhamento dos participantes às oficinas e atividades do projeto.
- Identificação de espaços físicos comunitários (unidades de acolhimento, centros de convivência, associações locais) aptos a receber as atividades.

b) Responsáveis:

- Coordenação do projeto e equipe técnica (supervisor, professor, monitor). • Representantes da rede socioassistencial e de saúde municipal.
- Lideranças comunitárias indicadas pelas organizações locais.

c) Produto esperado:

- Plano de logística e acesso territorial, detalhando espaços de realização das atividades e protocolos de encaminhamento.

Etapa 3 – Elaboração de relatório técnico sobre as reuniões técnicas intersetoriais

Ao longo da execução da Meta 2, todas as reuniões intersetoriais serão registradas em relatórios técnicos padronizados.

a) Conteúdo dos relatórios:

- Data, local e participantes da reunião.
- Pauta discutida.
- Encaminhamentos e responsabilidades assumidas por cada ator.
- Dificuldades identificadas e soluções propostas.

b) Objetivo:

- Garantir transparência e rastreabilidade das decisões coletivas.
- Servir como instrumento de monitoramento da rede intersetorial.
- Fornecer subsídios para o Relatório Parcial (6º mês do projeto) e para o Relatório Final (12º mês do projeto).

c) Produto esperado:

- Relatórios técnicos de todas as reuniões intersetoriais realizadas.

Meta 3 – Formação política em direitos humanos para pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo.

Esta meta tem como objetivo oferecer formação política em direitos humanos para no mínimo 1.500 pessoas idosas e em processo de envelhecimento, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla. A proposta pedagógica seguirá a lógica da educação popular, valorizando a escuta, o diálogo e os saberes das pessoas idosas, de modo a fortalecer o protagonismo social desse público e sua inserção nas redes de proteção e promoção de direitos.

Etapa 1 – Divulgação da formação no território**a) Estratégias de divulgação:**

- Mobilização junto à rede socioassistencial (CRAS, CREAS e Centro de Referência da Pessoa Idosa e Igualdade Racial).

- Parceria com movimentos sociais, terreiros, pastorais, ONGs e coletivos de defesa da população idosa de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN+ e População do Campo.
- Uso de materiais impressos de linguagem acessível (cartazes, faixas e cartilhas resumidas).
- Divulgação direta em espaços de referência, convivência, organização e participação das pessoas idosas atendidas pelo projeto, tais como centros comunitários, equipamentos públicos, terreiros, associações, sindicatos, coletivos, organizações sociais, espaços de acolhimento, unidades de atendimento e demais locais indicados pelas lideranças e instituições parceiras.

b) Produto esperado:

- Plano de divulgação executado e materiais distribuídos no território.

Etapa 2 – Realização das inscrições**a) Procedimentos:**

- Inscrições simplificadas, sem exigência de documentação extensa, respeitando a realidade das pessoas idosas.
- Registro básico: nome, idade, contato (quando houver), local de moradia ou abrigo.
- Apoio de técnicos da equipe para auxiliar no preenchimento.

b) Produto esperado:

- Lista de inscritos, garantindo a meta mínima de 1.500 pessoas idosas e em processo de envelhecimento participantes.

Etapa 3 – Realização de 5 oficinas temáticas

As oficinas constituem o núcleo da formação política em direitos humanos e serão realizadas com metodologia participativa e dialógica, na perspectiva da educação popular.

a) Estrutura das oficinas:

- Serão realizadas 5 oficinas temáticas, cada uma ofertada em 2 grupos distintos, garantindo maior acesso e participação das pessoas idosas.
- Cada oferta distinta de oficina terá 2 horas de duração, como são dois grupos distintos em cada oficina, teremos como resultado 4 horas totais por tema.
- O conjunto das oficinas resultará em 20 horas de formação (5 oficinas × 2 grupos distintos x 2h).

b) Temáticas previstas:

1. Direitos Humanos da Pessoa Idosa e acesso a políticas públicas: abordagem sobre os direitos assegurados à pessoa idosa, os marcos legais de proteção e os principais desafios para sua efetivação nos territórios, especialmente entre pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, pessoas idosas LGBTQIAPN+ e pessoas idosas da população do campo.
2. Múltiplos envelhecimentos e interseccionalidade: reflexão sobre como o envelhecimento é atravessado por gênero, raça/etnia, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, religiosidade, território e condição socioeconômica, exigindo práticas e políticas públicas sensíveis às diferentes realidades.
3. Discriminação, violência e violação de direitos: identificação de situações como negligência, violência patrimonial e financeira, racismo religioso, capacitismo, LGBTfobia, discriminação institucional e barreiras de acesso a direitos, bem como discussão sobre canais de denúncia, proteção e encaminhamento.
4. Participação social e protagonismo das pessoas idosas: fortalecimento da atuação das pessoas idosas em conselhos, fóruns, associações, coletivos, movimentos sociais e espaços comunitários, valorizando seus saberes, suas trajetórias e sua capacidade de incidência política nos territórios.
5. Saúde, cuidado e bem-estar no envelhecimento: discussão sobre cuidado integral, acesso à saúde, saúde mental, autocuidado, vínculos comunitários, acessibilidade, atendimento humanizado e fortalecimento da rede de proteção social para promoção de um envelhecimento digno e inclusivo.

c) Metodologia:

- Dinâmicas de grupo, rodas de conversa e dramatizações.
- Uso de materiais didáticos elaborados na Meta 1 (cartilhas, cadernos de atividades, infográficos).
- Espaços de escuta para valorização das experiências individuais e coletivas.
- Atividade prática de artesanato com a técnica do macramê, realizada em paralelo ou ao final das oficinas, como estratégia para:
 - estimular concentração e coordenação motora;
 - criar um ambiente acolhedor e de troca entre participantes;
 - reforçar a memória e a permanência dos conteúdos abordados;
 - oferecer um momento de bem-estar e autoestima.

Recursos:

- Kits simples de materiais (cordões de algodão, tesoura sem ponta, pranchetas de apoio).

- Orientação de monitor ou instrutor que conduzirá passo a passo.

e) Produto esperado:

- Registros fotográficos e relatos dos participantes sobre a experiência.
- Produção de peças artesanais simples (pulseiras, chaveiros, marcadores de página), como lembrança simbólica da oficina e estímulo à continuidade da prática.

Etapa 4 – Escuta das pessoas idosas para identificação de violações e dificuldades de acesso a direitos

Após cada oficina, será conduzido um momento de escuta ativa das pessoas idosas participantes, a fim de identificar situações concretas de violações de direitos e barreiras de acesso a políticas públicas.

a) Procedimentos:

- Roda de conversa final em cada oficina, conduzida pela equipe técnica. • Aplicação de formulário simplificado (com apoio do monitor e assistente social para preenchimento).
- Registro de relatos espontâneos, sempre garantindo consentimento informado e preservando a identidade dos participantes.
- Apoio dos supervisores e coordenadores para triagem de casos que demandem encaminhamentos imediatos (ex.: situações de violência em curso).

b) Foco da escuta:

A escuta buscará identificar violações de direitos, situações de discriminação, barreiras de acesso às políticas públicas e demandas prioritárias das pessoas idosas atendidas pelo projeto, considerando suas especificidades territoriais, culturais, identitárias e sociais. Serão observados aspectos como violência patrimonial, financeira, psicológica, institucional e familiar; negligência no acesso à saúde, alimentação, moradia, cuidado e assistência social; dificuldades de acesso a benefícios sociais, serviços públicos e canais de proteção; experiências de etarismo, racismo, racismo religioso, capacitismo, LGBTfobia e exclusão social; além de demandas relacionadas à acessibilidade, transporte, participação social, vínculos comunitários e garantia da dignidade humana.

c) Produto esperado:

- Relatório preliminar de escuta com registro das principais situações relatadas, demandas e urgências identificadas.

Etapa 5 – Sistematização dos problemas identificados

Os dados obtidos nas escutas e nos formulários serão organizados e analisados pela equipe técnica, com apoio do supervisor e coordenadores por grupo temático.

a) Procedimentos:

- Consolidação das informações de todos os grupos e oficinas.
- Organização das demandas por eixos temáticos (saúde, assistência social, habitação, violência, discriminação, participação cidadã).
- Análise qualitativa para identificar padrões, recorrências e demandas prioritárias. • Seleção dos três problemas prioritários a serem aprofundados e trabalhados na sistematização.

b) Produto esperado:

- Documento de sistematização dos problemas identificados, incorporado ao Relatório Parcial (6º mês) e posteriormente atualizado no Relatório Final (12º mês).

Etapa 6 – Elaboração de relatório das ações desenvolvidas

Ao final da Meta 3, será elaborado um relatório específico das ações realizadas, reunindo os registros e resultados obtidos em todas as etapas da formação.

a) Conteúdo do relatório:

- Registro das estratégias de divulgação e do número de inscritos.
- Relato da execução das oficinas totalizando 20 horas de formação.
- Síntese dos conteúdos trabalhados e da metodologia participativa empregada.
- Avaliação da participação dos cursistas e sua frequência.
- Resultados das rodas de escuta realizadas, com principais demandas e situações de violação relatadas.
- Atividade prática de macramê: descrição da proposta pedagógica, materiais utilizados, registro das produções dos participantes e depoimentos espontâneos sobre a experiência.
- Documento de sistematização dos problemas identificados, destacando os três problemas prioritários a serem aprofundados na Meta 4.

b) Destinatários:

- O relatório será enviado à SNDPI/MDHC e compartilhado com os atores parceiros locais (conselhos, secretarias municipais, organizações sociais).

c) Produto esperado:

- Relatório técnico da Meta 3, incorporado ao Relatório Parcial (6º mês) e atualizado no Relatório Final (12º mês).

Meta 4 – Encaminhamento de soluções pactuadas

A Meta 4 tem como objetivo transformar os problemas prioritários identificados na Meta 3 em ações concretas e pactuadas, articulando poder público, sociedade civil e pessoas idosas. A ênfase será nas demandas mais urgentes, garantindo a participação social e a sustentabilidade das soluções propostas.

Etapa 1 – Articulação com os atores sociais envolvidos para definição das devolutivas

a) Procedimentos:

- Realização de reuniões intersetoriais com a rede de proteção social, conselhos e representantes da população idosa.
- Pactuação de encaminhamentos concretos para até 3 problemas prioritários identificados.
- Definição de responsáveis, prazos e recursos institucionais necessários. **b) Produto esperado:**
- Ata de reuniões com os encaminhamentos pactuados.
- Documento de devolutivas para o território.

Etapa 2 – Disseminação de boas práticas

a) Procedimentos:

- Identificação de experiências positivas surgidas ao longo do projeto (ex.: estratégias de escuta, metodologias participativas, parcerias locais).
- Produção de material de divulgação simples (cartilha ou folder digital/impresso).
- Apresentação dos resultados em espaços comunitários e institucionais.

b) Produto esperado:

- Cartilha ou folder de boas práticas para replicação em outros territórios.

Etapa 3 – Fortalecimento da participação social das pessoas idosas

a) Procedimentos:

- Encontros comunitários para estimular a participação ativa das pessoas idosas em conselhos, fóruns e coletivos locais.
- Criação de um grupo de referência de lideranças idosas para acompanhar a continuidade das ações.
- Incentivo ao uso de canais formais de denúncia e controle social.

b) Produto esperado:

- Grupo de referência constituído e vinculado às instâncias locais de participação.

Etapa 4 – Avaliação das ações realizadas com participação dos beneficiários

a) Procedimentos:

- Aplicação de roda avaliativa com os cursistas e beneficiários.
- Coleta de feedback sobre as oficinas, encaminhamentos e soluções pactuadas.
- Sistematização dos resultados em relatório avaliativo.

b) Produto esperado:

- Documento de avaliação participativa das ações do projeto.

Etapa 5 – Elaboração de relatório final do projeto

a) Conteúdo:

- Consolidação de todas as metas executadas.
- Resultados quantitativos (número de pessoas atendidas, oficinas realizadas, atores envolvidos).
- Resultados qualitativos (principais problemas identificados, soluções pactuadas, percepções das pessoas idosas).
- Registro das boas práticas e recomendações para continuidade da política. • Anexos com os relatórios técnicos intermediários e produtos pedagógicos (cartilhas, caderno-síntese, sistematizações).

b) Destinatários:

- Envio do relatório final à SNDPI/MDHC.
- Compartilhamento com conselhos, secretarias municipais e organizações parceiras.

b) Produto esperado:

- Relatório Final do Projeto Viva Mais Cidadania, entregue no 12º mês, consolidando todo o ciclo de execução.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Brasil vive um processo acelerado de transição demográfica, marcado pelo crescimento expressivo da população idosa. De acordo com o Censo Demográfico 2022, o país possui 32.113.490 pessoas com 60 anos ou mais, o equivalente a 15,6% da população brasileira, representando crescimento de 56,0% em relação a 2010, quando esse grupo correspondia a 10,8% da população [1]. Esse cenário impõe desafios significativos às políticas públicas, especialmente no que se refere à proteção social, à garantia de direitos, à promoção da cidadania e ao enfrentamento das desigualdades que atravessam o envelhecimento.

O envelhecimento, contudo, não ocorre de forma homogênea. As condições de vida, o pertencimento territorial, a raça/etnia, a deficiência, a orientação sexual, a identidade de gênero, a religiosidade, o acesso à renda, à moradia, ao cuidado e aos serviços públicos influenciam diretamente a forma como as pessoas envelhecem. Nesse sentido, pessoas idosas das Comunidades Tradicionais de Terreiro, pessoas idosas LGBTQIAPN+, e pessoas idosas da população do campo vivenciam, muitas vezes, trajetórias marcadas por discriminações múltiplas e invisibilidade institucional, barreiras de acesso a políticas públicas e violações de direitos.

As pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro demandam atenção específica, considerando a persistência do racismo religioso, da intolerância, da violação de tradições sagradas e da desvalorização de práticas culturais e comunitárias. O Censo 2022 identificou crescimento das religiões de matriz africana, com aumento da proporção de pessoas declaradas da Umbanda e do Candomblé, de 0,3% em 2010 para 1,0% em 2022 [3]. Ainda assim, esse reconhecimento estatístico não elimina as situações históricas de discriminação vividas por esses grupos, especialmente quando articuladas ao envelhecimento, à pobreza, ao racismo e à desigualdade no acesso às políticas públicas.

Além disso, a instituição da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, por meio do Decreto nº 12.278/2024, reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao reconhecimento, à proteção de direitos, à valorização cultural e ao enfrentamento das violações sofridas por esses povos e comunidades [4]. Essa diretriz fortalece a pertinência do presente projeto ao incluir pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro como público prioritário das ações de formação, escuta e construção de soluções.

As pessoas idosas LGBTQIAPN+, por sua vez, enfrentam desafios relacionados à discriminação, ao preconceito, à violência, ao isolamento social, à fragilização de vínculos familiares e comunitários e à dificuldade de acesso a serviços públicos preparados para acolher suas especificidades. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reconhece como institucional o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação e de promoção dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ [5]. Essa orientação reforça a necessidade de ações intersetoriais que considerem também o envelhecimento dessa população, frequentemente invisibilizada nos diagnósticos e nas políticas públicas.

No caso das pessoas idosas da população do campo, o envelhecimento se combina com desafios territoriais específicos, como distância dos equipamentos públicos, dificuldade de transporte, menor acesso a serviços especializados, barreiras digitais, dependência de redes comunitárias e desigualdade na oferta de políticas públicas. Dados do Censo Agropecuario apontam que a população rural vem envelhecendo e que as pessoas com mais de 65 anos representavam 21,4% dos moradores de áreas rurais, percentual superior ao observado no levantamento anterior [6]. Esse cenário reforça a importância de ações que cheguem aos territórios rurais e valorizem as formas próprias de organização social da população do campo.

Diante desse contexto, o presente Termo de Execução Descentralizada justifica-se pela necessidade de promover uma ação pública voltada à garantia dos direitos humanos das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social e discriminação múltipla. O projeto busca reconhecer que o envelhecimento é atravessado por diferentes marcadores sociais e territoriais, exigindo metodologias participativas, escuta qualificada, acessibilidade, respeito às identidades, valorização dos saberes comunitários e articulação com redes locais de proteção.

Por meio do Programa Viva Mais Cidadania, serão desenvolvidas ações educativas, oficinas, rodas de conversa, escuta ativa, mobilização territorial e construção coletiva de soluções, com foco na defesa de direitos, no fortalecimento da autonomia, na valorização da dignidade humana e no enfrentamento das violações vivenciadas por pessoas idosas de Comunidades Tradicionais de Terreiro, pessoas idosas LGBTQIAPN+ e pessoas idosas da população do campo.

A iniciativa também contribuirá para a produção e sistematização de informações sobre esses públicos, subsidiando políticas públicas mais sensíveis às especificidades do envelhecimento em contextos de vulnerabilidade. Ao envolver instituições públicas, organizações sociais, lideranças comunitárias, entidades representativas e os próprios sujeitos participantes, o projeto fortalece a participação social e amplia as possibilidades de continuidade das ações nos territórios.

Trata-se, portanto, de uma proposta com alto potencial de impacto social, alinhada aos princípios da dignidade humana, da equidade, da interseccionalidade, da acessibilidade, da participação social e da promoção dos direitos humanos para todas as fases da vida. O projeto reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a valorização das pessoas idosas e o enfrentamento das desigualdades que historicamente atingem grupos invisibilizados e expostos a múltiplas formas de discriminação.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

O projeto terá duração de 12 (doze) meses a contar a data de assinatura.

RESULTADOS ESPERADOS

Meta	Indicador	Resultados Esperados
Meta 1: Diagnóstico Situacional da população idosa, Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto.	Número de relatórios produzidos; número de profissionais capacitados; existência de material didático elaborado.	Diagnóstico situacional realizado; equipe técnica qualificada; materiais pedagógicos produzidos; planejamento construído com o MDHC.
Meta 2: Aproximação, acolhimento e fortalecimento das relações entre atores sociais envolvidos no processo.	Número de reuniões realizadas; número de atores mobilizados; existência de relatórios técnicos"	Rede de apoio articulada nos territórios; atores estratégicos sensibilizados; relatórios técnicos sistematizados
Meta 3: Formação política em direitos humanos, para no mínimo, 1.500 (mil e quinhentas) pessoas idosas do território na perspectiva da educação popular, com foco nas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla pertencentes a Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), população idosa do campo e pessoas idosas LGBTQIAPN+ . Para, no mínimo, 1.500 (mil e quinhentas) pessoas idosas do território, na perspectiva da educação popular.	Número de oficinas realizadas; número de participantes inscritos; número de relatórios de escuta elaborados	Mínimo de 1500 pessoas idosas participantes; fortalecimento do conhecimento em direitos humanos; problemas identificados e sistematizados"
Meta 4: Encaminhamento de soluções pactuadas para até 3 problemas prioritários identificados	Número de soluções pactuadas número de ações implementadas; participação das pessoas idosas na avaliação final	Pelo menos 3 soluções pactuadas executadas; continuidade garantida por meio da participação social; relatório final consolidado"

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal? (X) Sim

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos:

1. Despesas administrativas e operacionais da Fundação de Apoio do IFPB representando 10% do valor global do projeto, totalizando R\$ 85.000,00

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta 1: Diagnóstico Situacional da população idosa, Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto							
		Indicador físico				Duração	
Etap	Descrição	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total	Início	Fim
1	Seleção da equipe técnica do projeto						
	Fundação de Apoio	unidade	1	85.000,00	85.000,00	1º mês	12º mês
	Bolsa Coordenador(a) 1	mês	12	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	1º mês	12ºmês
	Bolsa Coordenador(a) 2	mês	12	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	1º mês	12º mês
	Bolsa Coord. Adjunto 1	mês	12	R\$ 3.000,00	R\$36.000,00	1º mês	12º mês
	Bolsa Coord. Adjunto 2	mês	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00	1º mês	12º mês
	Bolsa Supervisor de campo	mês	72	R\$ 1.800,00	R\$ 129.600,00	1º mês	12º mês
	Bolsa Formador(a)	mês	56	R\$ 1.500,00	R\$ 84.000,00	5º mês	12º mês
	Bolsa Apoio Administrativo 1	mês	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00	1º mês	12º mês
	Bolsa Apoio Administrativo 2	mês	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00	1º mês	12º mês
	Bolsa monitor (apoio territorial)	mês	192	R\$ 800,00	R\$ 153.600,00	1º mês	12ºmês
Etap	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total	Início	Fim
2	Encontros formativos sobre temáticas que envolvam o processo de envelhecimento e a garantia dos direitos humanos das pessoas idosas com a equipe técnica	un.	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1º	3º
3	Realização de diagnóstico situacional da população idosa do território						
	Locomoção da equipe técnica	diária	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00	1º	3º
4	Planejamento pedagógico e metodológico da formação, em parceria com a SNDPI/MDHC	Plano Pedagógico elaborado	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2º	3º
5	Elaboração de Material didático	Unidade	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2º	4º
5	Diagramação do material didático	Unidade	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	4º	4º
6	Elaboração de relatório das ações desenvolvidas	relatório técnico	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2º	4º

6	Material de escritório	kit	16	R\$ 200,00	R\$ 3.200,00	2°	4°
Valor total da meta: R\$ 670.600,00 Produto: Relatório Parcial contendo diagnóstico situacional, equipe qualificada, plano pedagógico e material didático elaborado							
Meta 2: Aproximação, acolhimento e fortalecimento das relações entre atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (universidade, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Prefeitura municipal, Governo do Estado, Rede Nacional de Gestores Estaduais em Direitos Humanos da Pessoa Idosa e rede de proteção social)							
		Indicador físico				Duração	
Etapas	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total	Início	Fim
1	Mapeamento de atores estratégicos para apresentação do Programa Viva Mais Cidadania						
1	Locomoção da equipe técnica	diárias	36	R\$ 50,00	R\$ 1.800,00	2°	5°
2	Articulação logística para acesso às pessoas idosas no território	un.	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2°	5°
3	Elaboração de relatório técnico sobre as reuniões intersectoriais	relatório técnico	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2°	5°
Valor total da meta: R\$ 1.800,00 Produto: Plano de logística e acesso territorial e relatórios técnicos das reuniões intersectoriais realizadas.							

Meta 3: Formação política em direitos humanos para pessoas idosas em situação de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), LGBTQIAPN + e população do campo							
		Indicador físico				Duração	
Etapas	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total	Início	Fim
1	Divulgação da formação no território	unidade	36	R\$ 100,00	R\$ 3.600,00	3°	4°
2	Realização das inscrições	unidade	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4°	5°
Realização de 5 oficinas temáticas							
3	Locomoção da equipe técnica	Diária	36	R\$ 100,00	R\$ 3.600,00	5°	12°
3	Material de consumo/alimentação/kit higiênico para a realização das oficinas temáticas	unidade	150	R\$ 300,00	R\$ 45.000,00	6°	12°
4	Escuta das pessoas idosas para identificação de violações e dificuldades de acesso a direitos	unidade	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6°	12°
5	Sistematização dos problemas identificados	relatório técnico	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	7°	12°
6	Elaboração de relatório das ações desenvolvidas	relatório técnico	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6°	12°
6	Material de escritório	kit	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00	4°	7°
6	Diárias/passagens para monitoramento	Diárias/passagens	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	6°	12°
Valor total da Meta 3: R\$ 72.600,00 Produto: Formação realizada para, no mínimo, 1.500 pessoas idosas, com relatório técnico das ações executadas e documento de sistematização dos problemas identificados.							
Meta 4: Encaminhamento de soluções pactuadas							
		Indicador físico				Duração	
Etapas	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total	Início	Fim
Articulação com os atores sociais envolvidos para definição das devolutivas							
1	Locomoção da equipe técnica	Diária	36	R\$ 100,00	R\$ 3.600,00	8°	12°
1	Diárias/passagens para monitoramento	Diária/passagem	1	R\$34.200,00	R\$ 34.200,00	8°	12°

Disseminação de boas práticas							
2	Produção de material de divulgação - ponto viva mais cidadania	unidade	6	R\$ 10.000,00	R\$ 60.000,00	8º	12º
2	Locomoção da equipe técnica	diária	36	R\$ 100,00	R\$ 3.600,00	8º	12º
Fortalecimento da participação social das pessoas idosas							
3	Locomoção da equipe técnica	diária	36	R\$ 100,00	R\$ 3.600,00	8º	12º
4	Avaliação das ações realizadas com participação dos beneficiários	relatório técnico	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8º	12º
5	Elaboração de relatório final do projeto	relatório técnico	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8º	12º
Valor total da meta: R\$105.00,00							
Produto: Relatório Final do Projeto contendo as soluções pactuadas, avaliação participativa e registro das boas práticas desenvolvidas.							

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
julho/2026	R\$ 850.000,00

Os recursos descentralizados, que não forem utilizados até 31 de dezembro de cada exercício, serão restituídos à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa pelo Instituto Fed de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em data anterior aquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para o encerramento do correspondent exercício financeiro.

11. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO E CONSOLIDADO

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVI
339039 - Outros Serviços de terceiros- Pessoa Jurídica - Fundação de apoio (bolsas para docentes e técnicos e estudante)	Não	R\$ 765.0
339039 - Outros Serviços de terceiros- Contratação de Fundação de Apoio (10%)	Sim	R\$ 85.00
TOTAL		R\$ 850.0

12. CONSIDERAÇÕES

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba comprometem-se a adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no presente Plano de Trabalho, bem como a designar, formalmente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, responsável pelo acompanhamento da execução das atividades descritas (Art. 17 Decreto 10.426/2020).

13. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para os efeitos e sob as p da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Fed que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho e sob as penas do art. 2º Código Penal.

14. PROPOSIÇÃO

João Pessoa/PB, na data da assinatura.

assinado eletronicamente

MARY ROBERTA MEIRA MARINHO

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

15. APROVAÇÃO

Brasília/DF, na data da assinatura.

assinado eletronicamente

KENIO COSTA DE LIMA

Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, substituto

Em 07 de julho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Mary Roberta Meira Marinho**, Usuário Externo, em 14/07/2026, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kenio Costa de Lima**, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Substituto(a), em 14/07/2026, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5688645** e o código CRC **C4C0B4FF**.

Referência: Processo nº 00135.211488/2026-11

SEI nº 5688645

Criado por [christiane.valente](#), versão 30 por [isabela.bezerra](#) em 13/07/2026 15:29:30.